

PÓLIS / CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

**Plataforma
Lixo e Cidadania
para São Paulo**

agosto 2000

Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

Nos dias 27 e 28 de junho de 2000, sessenta instituições (relacionadas ao final) atuantes nas áreas social e/ou ambiental criaram o **Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo** e formularam propostas para enfrentar os desafios de:

- erradicar o trabalho infanto-juvenil no lixo;
- reaproveitar os resíduos sólidos urbanos com participação dos catadores na coleta, triagem e comercialização;
- reduzir a geração dos resíduos sólidos urbanos;
- segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras.

As propostas apontam as principais mudanças a serem realizadas na atual situação de gestão do lixo identificando:

- as características que deve ter o sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos para possibilitar o reaproveitamento e processo de coleta, tratamento e disposição social e ambientalmente adequados;
- as ações prioritárias para viabilizar a erradicação do trabalho infanto-juvenil, a incorporação dos catadores no sistema de gestão dos resíduos sólidos urbanos, a redução da geração de resíduos sólidos urbanos e a segregação dos resíduos perigosos na fonte geradora;
- o papel a ser desempenhado pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo;
- instituições que serão convidadas, inicialmente, a integrar o Fórum.

Considerou-se primordial apresentar aos candidatos à Prefeitura e Câmara de Vereadores do Município de São Paulo o presente documento, **Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo**, com as propostas produzidas no "Encontro Lixo e Cidadania: compartilhando a gestão do lixo de São Paulo".

Esta iniciativa, em São Paulo, soma-se à atuação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, hoje integrado por 48 entidades, cuja diretriz central é a promoção da **gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos** pelos órgãos públicos e por instituições da sociedade. A principal estratégia do Fórum Nacional é o desenvolvimento da **"Campanha Criança no lixo nunca mais"**, lançada em 1999 e coordenada pelo UNICEF, que visa sensibilizar os governantes e o conjunto da sociedade para que, até 2002, todas as crianças e seus familiares, que hoje vivem no e do lixo, tenham seus direitos sociais efetivados e uma vida digna e humana.

Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo

O Fórum é composto pelas instituições que se declararem participantes do mesmo, podendo incluir permanentemente novas instituições de interesse do Programa Nacional Lixo e Cidadania.

É aberto para recolher contribuições e promover a participação de outras instituições e personalidades em suas atividades.

Atua em âmbito municipal, com visão metropolitana, sendo aberto à participação de atores da Região Metropolitana de São Paulo que tenham interesse nas atividades do Fórum, comprometendo-se com a Plataforma.

O Fórum é, fundamentalmente, um espaço de formulação e negociação de propostas de ação entre seus componentes, garantindo-se às instituições que o integram autonomia na execução das ações decididas.

Sua atuação é voltada para o comprometimento dos diferentes níveis de governos e demais instâncias do poder público com a implementação das propostas da Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo.

Exerce também o controle social no processo de implementação das políticas públicas relacionadas à Plataforma.

Atua na articulação e mobilização dos atores sociais estratégicos para a implementação de suas propostas e promoção de amplas ações junto à sociedade.

Articula consultores, técnicos e outros atores no processo de reflexão e debate de propostas.

Promove a democratização das informações referentes à gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, centralmente da cidade de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo.

O problema na cidade de São Paulo

São Paulo produz cerca 14 mil toneladas de resíduos a cada dia, que são destinados a dois aterros sanitários, ambos estimados com apenas mais um ano de vida útil, a duas usinas de compostagem e um incinerador que funciona há 32 anos, altamente poluente.

Não obstante a coleta regular, feita pelo poder público, uma grande quantidade destes resíduos vem sendo jogada a céu aberto, em terrenos baldios, córregos, nos rios Pinheiros e Tietê, impactando a saúde humana e o ambiente (água, ar e solo), muitas vezes de forma irreversível. As represas Billings e Guarapiranga, as mais importantes reservas hídricas para abastecimento de água dos dezessete milhões de habitantes da Grande São Paulo, já estão em estágio avançado de assoreamento e contaminação.

Neste contexto, a questão social, que envolve a atividade de milhares de catadores, dentre os quais ao menos 4000 moram nas ruas, apresenta-se como um grande desafio - pessoas atingidas pelo desemprego, e pelo processo mais amplo de exclusão social, retiram diariamente do lixo sua sobrevivência. Este trabalho realiza-se em condições bastante precárias e indignas, sendo comum encontrarem-se, sob viadutos e pontes, praças e terrenos baldios, famílias inteiras de catadores misturadas ao lixo.

Cabe ressaltar que grande parte destes catadores, especialmente os que moram nas ruas, não conta com qualquer forma de organização e que existe um número significativo de crianças trabalhando na catação com seus familiares, agravando este quadro.

Propostas do Fórum

O sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos deve possibilitar a redução, o reaproveitamento dos resíduos e processos de coleta, tratamento e disposição, social e ambientalmente adequados.

Para possibilitar o reaproveitamento de resíduos e processos de coleta, tratamento e disposição, social e ambientalmente adequados, requer-se do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos as seguintes características:

- O sistema deve se organizar com base na co-gestão - gestão pública compartilhada com a sociedade - construído e gerido de forma participativa, devendo desenvolver ações para promover, de forma transparente, o efetivo envolvimento de todos os segmentos da sociedade;
- O sistema deve se organizar e atuar sob uma concepção de desenvolvimento sustentável, promovendo ações educativas de mudanças de valores e hábitos no conjunto da sociedade, esclarecendo a população para os benefícios sociais, econômicos e ambientais envolvidos nos processos de redução da geração, reutilização de produtos e reciclagem de materiais (3 Rs), precedida da separação de resíduos nas fontes geradoras;
- O sistema deve promover mudanças nos processos produtivos das atividades urbanas para implantação do consumo responsável, da redução, da reutilização e separação dos materiais recicláveis e ampliação do aproveitamento biológico da fração orgânica dos resíduos;
- O sistema deverá promover formação e capacitação permanentes dos agentes do processo;
- O sistema deve contar com um órgão público com os recursos necessários, gerido com autonomia, agilidade e sob controle social. O funcionamento deste órgão deve ser sistêmico, integrando as ações dos demais órgãos da administração;
- O sistema implantará, por força de lei, a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos de forma descentralizada e em parceria prioritária com os catadores, organizados em cooperativas e/ou outras formas associativas.

Incorporar a participação dos catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos

Para incorporar a participação dos catadores no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos é necessário:

- Criação de uma instância para uma gestão compartilhada de resíduos sólidos urbanos - *Conselho Lixo e Cidadania*;
- Promoção pelo poder público, em parceria com diversos setores da sociedade, do reconhecimento legal e fortalecimento do catador enquanto categoria profissional autônoma, por meio de:
 - acesso ao processo licitatório e às condições de infra-estrutura pelas organizações de catadores,
 - criação da figura de "cessão" de áreas para utilização pelos catadores;
 - provimento de infra-estrutura para que as organizações dos catadores tenham sustentabilidade,
 - promoção de programas de capacitação dos catadores, estimulando-os à participação e à organização,
 - estabelecimento de parcerias entre catadores e poder público na execução de serviço de limpeza de forma descentralizada,
 - autorização legal para apropriação dos resíduos secos pelos catadores;
 - formalização de contratos com os catadores, organizados sob diversas formas associativas, para a coleta seletiva de resíduos;
- Cadastramento dos catadores com orientação sobre formas de associativismo e promoção de sua organização em cooperativas ou outras formas de pessoa jurídica para que possam dispor de subsídios e tributos e se tornarem protagonistas no sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Promoção de estudos sobre o marco institucional-legal das entidades cooperativadas, sobre a apropriação dos custos na cadeia de produção de resíduos, sobre os tributos e as despesas públicas no sistema de gerenciamento dos resíduos, e sobre as experiências como as da Asmare, em Belo Horizonte, Coopamare e Coorpel, em São Paulo, e Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, para apoiar os trabalhos em cada local;
- Viabilização econômica-financeira dos projetos das organizações de catadores por meio de:
 - acesso às linhas especiais de crédito para financiamento,
 - parcerias e convênios entre indústrias e organizações de catadores e entidades populares para absorção dos resíduos industriais, fomentando o desenvolvimento da economia solidária,
 - criação de incentivos para o mercado de reciclados,
 - garantia da destinação de recursos federais/estaduais, existentes ou a criar, para o fomento à reciclagem.

Erradicar o trabalho infanto-juvenil na catação do lixo em São Paulo

Para erradicar o trabalho infanto-juvenil na catação do lixo na cidade de São Paulo é necessário:

- Implantação de políticas públicas integradas de inclusão sócio-econômica dos catadores e de retirada das crianças e adolescentes do trabalho com lixo;
- Implementação de políticas de geração de renda - programas de bolsa-escola, renda mínima etc;
- Criação de condições básicas para a educação e capacitação de crianças e adolescentes, assegurando sua presença na escola;
- Criação de programas de complementação escolar;
- Criação de programas específicos de educação infantil para evitar a presença de crianças na catação;
- Criação de melhores condições de fiscalização do trabalho infanto-juvenil;
- Criação de programas de habitação para retirar as crianças e adolescentes e seus familiares-catadores da sub-habitação;
- Criação de programas específicos de saúde e educação sanitária;
- Construção de redes sociais de apoio à proposta de erradicação do trabalho infanto-juvenil no lixo;
- Sensibilização e mobilização da sociedade para o problema do trabalho infanto-juvenil.

Reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo

Para reduzir a geração de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo é necessário:

- Implementação de programas de informação e esclarecimento do conjunto da sociedade sobre o impacto ambiental, social e econômico dos resíduos, para o desenvolvimento da cultura do consumo responsável e sustentável - consumir com critérios;
- Criação e implementação, pelo poder público, de programas educativos de mudanças de hábitos e atitudes que reduzam a geração de resíduos e aumentem a responsabilidade dos agentes sociais com o ambiente;
- Difusão de práticas de redução na geração de resíduos, de diminuição do desperdício alimentar e de outras formas de consumo responsável;
- Desenvolvimento de projetos e programas sobre modalidades de reaproveitamento de materiais e produtos com ações educativas específicas, direcionadas aos diversos setores - sociedade, setores privado e público;
- Estímulo à implementação de políticas de embalagens retornáveis/reaproveitáveis, à criação de produtos com ecodesign, desmontáveis, recondicionáveis e com maior vida útil, visando reduzir a geração de resíduos nos vários pontos da cadeia produtiva;
- Promoção do envolvimento dos geradores de resíduos em ações integradas com os órgãos municipais para a solução dos problemas sociais, econômicos e ambientais da região relacionados com a produção, coleta, tratamento e disposição dos resíduos.

Segregar os resíduos perigosos nas fontes geradoras na cidade de São Paulo

As ações necessárias para garantir a segregação de resíduos perigosos podem ser agrupadas em três conjuntos: ações gerais, aplicadas a todos os tipos de resíduos perigosos, ações aplicadas especificamente aos resíduos domiciliares e ações aplicadas especificamente aos resíduos dos serviços de saúde.

Ações gerais:

- Implantação de mecanismos que assegurem a participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas para resíduos perigosos;
- Desenvolvimento de programas educativos para a sociedade em geral e para setores específicos,
- Priorização dos 3Rs no manejo intra-unidade geradora e também no tratamento pós-coleta dos resíduos perigosos,
- Diversificação das formas de tratamento de resíduos sólidos de saúde;
- Implementação de políticas públicas que responsabilizem o produtor pelo tratamento e disposição final adequados, com infra-estrutura de coleta diferenciada,
- Fiscalização efetiva dos procedimentos de tratamento e disposição final dos resíduos perigosos.

Ações específicas para resíduos domiciliares:

- Sensibilização da população sobre os riscos dos resíduos perigosos;
- Implantação de extensa rede de entrega voluntária;
- Responsabilização do produtor pela transmissão de informações ao consumidor, tais como especificação no rótulo sobre os riscos inerentes ao produto e à embalagem (uso e descarte),
- Normatização (leis e incentivos) da coleta, tratamento e destino final adequados para cada tipo de resíduo.

Ações específicas para resíduos de serviços de saúde:

- Criação de rotinas que facilitem a classificação e separação dos materiais,
- Promoção, pelo poder público, de debate sobre o incinerador Vergueiro.

Instituições que serão inicialmente mobilizadas para realizar esta Plataforma:

Associação Brasileira de Normas Técnicas	Fundação Padre Anchieta
Associação das Agências de Publicidade	Fundação Travessia
Associação Comercial de São Paulo	Governo do Estado de São Paulo
Associação dos Moradores dos Cingapura	Instituições Universitárias
Associação Escolas Católicas	Meios de comunicação
Assembléia Legislativa - Comissão de Defesa do Consumidor	Ministério Público - Promotoria do Meio Ambiente
Assembléia Legislativa - Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente	Movimento Nacional Meninos(as) de Rua
Assembléia Legislativa - Comissão Técnica	Núcleo Seletivo do Glicério
Banco do Brasil	OAB - Comissão de Defesa do Consumidor
Câmara Municipal - Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania	ONGs ambientalistas
Câmara Municipal - Comissão Técnica	Partidos políticos
Câmara Municipal - Comissão de Saúde	Pastoral da Criança
Cáritas Brasileira	Pastoral do Menor
CDRH - Conselho de Recursos Hídricos	Pastoral do Povo da Rua
Centro Vigilância Sanitária	Prefeitura Municipal de São Paulo
Centro Técnico de Embalagens de Alimentos	Prefeituras da Região Metropolitana de Estado de São Paulo
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	Projeto Equilíbrio
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Americana do Comércio	Reitoria da PUC - SP
CONAR	Reitoria da Universidade Anhembi-Morumbi
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores	Rotary Club de São Paulo
Comissão Estadual de Recursos Hídricos	SABESP - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo
Conselho Tutelar da Família	SECOVI
Conselhos de Professores	SENAI - Serv. Nac. de Aprendizagem Industrial
Conselho Regional de Economia	SESC - Serviço Social do Comércio
DRT	SESI - Serviço Social da Indústria
EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento	Sindicato dos Bancários
Escola Paulista de Medicina	Sindicato dos Hospitais
FAPESP - Fund. Amparo Pesquisa Estado São Paulo	Sindicato dos Engenheiros de São Paulo
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Federação das Sociedades Amigos de Bairro	Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Limpeza Urbana de São Paulo
Força Sindical	Sindicato da Construção Civil
Fórum Estadual pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	SINPRO
Fórum Nacional da Reforma Urbana	SOS Criança
Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste	USP - Faculdade de Educação
Frente Municipal Parlamentar pela Criança	Vicariato do Povo de Rua
	Viva o Centro

Instituições que compõem o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e assinam esta Plataforma:

ABEPET – Assoc. Bras. dos Fab. de Embalagens de PET
ABIQUIM – Assoc. Bras. da Ind. Química/Plastivida
ABRELPE – Assoc. Bras. das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
Ação Local Boa Vista
ACTESP – Assoc. dos Cons. Tutelares do Estado de São Paulo
Água e Vida
APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais, Unidade de Mauá
APAE – Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais – Unidade de São Paulo
APU – Assoc. dos Prof. Universitários da SABESP
ASMARE – Assoc. dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, Belo Horizonte, MG
Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – Comissão de Defesa do Meio Ambiente
Assoc. Cristã Verdade e Luz, São B. do Campo
Associação Reciclázaro
CADES – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Caixa Econômica Federal – Área de Desenvolvimento Urbano
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
Centro Gaspar Garcia
CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
CETESB – Cia. de Tecnol. e Saneamento do ESP
CIVES – Assoc. Bras. de Empresários pela Cidadania
Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
Condomínio Conjunto Nacional
CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento, Câmara Técnica de Planejamento
Conselho Municipal de Saúde
COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, São Paulo, SP
COOPERMAPE – Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu
COOPRA – Coop. Recic. A. Mat. São Caetano do Sul, SP
Federação das Cooperativas de Trabalho
Fórum Orgs. que Trabalham com Moradores de Rua
Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
Fundação Friedrich Ebert
Fundação ORSA
Greenpeace
INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê
Instituto 5 Elementos
Instituto de Governo e Cidadania do ABC
Instituto do PVC
Instituto ECOAR para a Cidadania
Instituto GEA
IPSUS – Instituto Pró-Sustentabilidade
Jornalistas *Amigos da Criança*
Ministério Público – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude
OAF – Organização de Auxílio Fraternal
PMSP – LIMPURB
PMSP – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente-SVMA
Pólis – Instituto de Estudos, Assessoria e Formação em Políticas Sociais
Programa *Lixo e Cidadania* em São B. do Campo
Projeto Pedra Sobre Pedra
Projeto Vira Lata
PROLATA
PUC – Pastoral Universitária
Rede Ethers do Desenvolvimento Humano e Social
Secretaria do Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo
Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa e Não-Ferrosa do Estado de São Paulo
SINTAEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Universidade Federal de Viçosa – Laboratório de Engenharia Sanitária e Ambiental
USP – Escola Politécnica
USP – Programa USP Recicla